

CONHECIMENTOS GERAIS (Questões de 01 à 15)

QUESTÃO 1

Nas orações, algumas palavras pedem complementos regidos de preposição. Porém, essa classe de palavras precisa ser utilizada com cuidado a fim de não gerar problemas comunicativos, como a ambiguidade ou a falta de coerência. Observe as frases:

- I- Os mandados de segurança são uma concessão para poucos.
- II- Segundo a Constituição Federal de 1988, é indispensável haver respeito em todos.
- III- Infelizmente, o ECA ainda não é acessível a todas as crianças e adolescentes.
- IV- Com a Constituição nas mãos, o juiz estará apto de tomar decisões.

Os termos em destaque devem ser classificados como complemento nominal regido pela preposição mais adequada ao contexto em:

- A) I e III
- B) Todos estão corretos.
- C) I, II e IV estão corretos.
- D) Apenas III está correto.
- E) Apenas IV está correto.

QUESTÃO 2

TEXTO 1

Constituição da República Federativa de 1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

(...)

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

(...)

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

(...)

A linguagem utilizada em documentos oficiais, como na Constituição Federal de 1988, exibe os conhecimentos gramaticais profundos do redator. Tendo isso em vista e tratando-se de Regência Verbal, os verbos **garantir** (Art. 5º, primeira linha), **atender** (XXIII, linha única), **conceder** (LXXI, primeira linha) e **visar** (LXXIII, primeira linha) são identificados no texto, respectivamente, como:

- A) Transitivo direto; transitivo indireto; transitivo indireto; transitivo direto.
- B) Transitivo indireto; transitivo direto e indireto; intransitivo; transitivo direto.
- C) Transitivo indireto; intransitivo; transitivo direto; transitivo direto.
- D) Transitivo direto; transitivo direto; transitivo indireto; transitivo direto e indireto.
- E) Transitivo direto e indireto; transitivo indireto; transitivo direto; transitivo indireto.

### **QUESTÃO 3**

---

Reza a norma que a função que exerce no texto é que indica a classe gramatical de um vocábulo, identificando-o como palavra variável ou invariável. Assim sendo, indique em que alternativa se encontram as concordâncias corretas de acordo com a função exercida pela palavra no contexto em que aparece, de acordo com a Gramática Normativa.

- A) Os deputados enviaram as Emendas à Constituição juntas com os requerimentos de prioridade.
- B) Segue incluso as Emendas Constitucionais relativas aos casos de cidadania das crianças e adolescentes brasileiros.
- C) São precisos muitos debates na sociedade para se conseguir aplicar as leis e dispositivos constitucionais.
- D) O Governo e os políticos em geral não vão ficar quite com a sociedade brasileira enquanto não resolverem aplicar a justiça imposta pela Constituição.
- E) O Artigo Primeiro e Segundo deixam muito claro o que precisa ser feito e que ações são necessárias para haver justiça social no país.

### **QUESTÃO 4**

---

#### **TEXTO 2**

##### Sermão de Santo Antônio

Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra não se deixa salgar. Ou é porque o sal não salga e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra não se deixa salgar e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhes dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma coisa e fazem outra; ou é porque a terra se não deixa salgar e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem, que fazer o que dizem; ou é porque o sal não salga, e os pregadores salgam a si, não a Cristo; ou porque a terra não se deixa salgar, e os ouvintes em vez de servir a Cristo, servem os seus apetites.

(VIEIRA, Padre Antônio. *Os Sermões*. São Paulo : Difel, 1968, I, p. 340)

Leia atentamente o **Texto 2** e responda assinalando a afirmativa correta.

- A) O tema central do texto é eficiência dos pregadores religiosos em relação às pessoas que os ouvem, pessoas estas que são o sal da terra.
- B) Segundo o texto, mesmo contando com tantos pregadores, a terra está corrupta, e isso é uma contradição, pois, logicamente, deveria acontecer o contrário.
- C) No texto, o sal, a semente e a terra são metáforas que se traduzem por, respectivamente: os pregadores que não pregam a verdade; as pregações mentirosas; o chão que precisa ser salgado, mesmo com mentiras.
- D) No texto, as pessoas que ouvem os pregadores preferem imitá-los a fim de agirem conforme eles pregam.
- E) De acordo com o texto, como os pregadores pregam uma coisa e fazem outra, as pessoas que os ouvem aceitam a pregação e procuram ser o sal que está faltando na terra.

### **QUESTÃO 5**

---

Sinais de pontuação são os recursos próprios da língua escrita que devem ser empregados para orientar o leitor sobre as várias possibilidades de entonação da fala, possibilitando uma compreensão mais clara da lógica de construção do texto. Assim sendo, na frase a seguir, qual a justificativa correta para a colocação da vírgula e dos dois pontos?

**“Crianças, boa notícia: o Estatuto da Criança e do Adolescente protege vocês.”**

- A) A vírgula isola o aposto “Crianças”; os dois pontos introduzem uma citação.
- B) A vírgula e os dois pontos foram utilizados para separar termos essenciais da oração.
- C) A vírgula separa o vocativo “Crianças” destacando-o para a leitura correta; os dois pontos introduzem uma explicação do que se disse antes.
- D) A vírgula destaca o sujeito “Crianças”; os dois pontos servem para separar vocativo “boa notícia” de seu complemento explicativo.
- E) A vírgula destaca o termo integrante “Crianças”; os dois pontos sugerem a pausa necessária para que o leitor faça a citação.

### **QUESTÃO 6**

---

A Constituição brasileira em vigor reconhece um amplo conjunto de direitos e garantias ao longo de seu texto. A esse respeito, está correto dizer que:

- A) Os direitos individuais, como o direito à honra, à imagem e à vida privada são considerados superiores em relação aos direitos sociais à saúde, educação e à assistência social.
- B) Os direitos e garantias constitucionais, considerados prerrogativas do indivíduo contra arbitrariedades e violência, apenas se aplicam aos brasileiros natos, não podendo ser invocados por estrangeiros, mesmo que residentes no país.
- C) De acordo com o entendimento prevalecente, os direitos fundamentais são apenas aqueles previstos no art. 5º da Constituição brasileira.

- D) A Constituição brasileira, além de assegurar inúmeros direitos individuais, políticos, sociais, culturais e coletivos, também permite a incorporação ao sistema jurídico brasileiro de outros direitos previstos nos tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja parte.
- E) Em nome da soberania do Estado brasileiro, não se reconhecem outros direitos para além dos que já estão formalizados no texto da Constituição.

### **QUESTÃO 7**

---

São princípios da Administração Pública reconhecidos pela doutrina e pela jurisprudência dos Tribunais, **EXCETO**:

- A) Legalidade, impessoalidade e razoabilidade.  
B) Publicidade, boa-fé e moralidade administrativa.  
C) Eficiência, indisponibilidade do interesse público e impessoalidade.  
D) Legalidade, supremacia do interesse público e publicidade.  
**E) Supremacia do interesse particular sobre o interesse público, motivação e economicidade.**

### **QUESTÃO 8**

---

Caio Pereira, servidor público estável, responde a processo administrativo disciplinar, ao final do qual recebe a pena de demissão. Um ano depois, Caio consegue anular judicialmente o ato administrativo que o demitiu. Considerando tais fatos, assinale a alternativa correta:

- A) Caio não possui o direito a retornar ao cargo, mas poderá requerer uma indenização por danos morais.  
B) Tendo em vista os efeitos produzidos pelo ato administrativo anulado, Caio terá direito a ocupar cargo semelhante, mas com remuneração inferior a que recebia.  
C) Invalidada por sentença judicial a demissão de Caio, será ele reintegrado ao seu cargo de origem.  
D) A reintegração será possível desde que Caio cumpra novo estágio probatório.  
E) A reintegração de Caio é medida discricionária da Administração Pública, não cabendo ao Poder Judiciário interferir no assunto, sob pena de violar a separação dos poderes.

### **QUESTÃO 9**

---

Considere que um agente público municipal, no exercício da função, causou danos a terceiros de forma dolosa, sendo o Município condenado a indenizar a vítima por decisão judicial. Neste caso, está correto afirmar que:

- A) O agente público está sujeito à responsabilização pessoal na esfera administrativa, mas não na esfera cível, não existindo o chamado direito de regresso do Município contra seu servidor em qualquer hipótese.  
B) O agente público municipal responderá nas esferas cível e criminal, mas não na administrativa.  
C) Considerando que o dano foi causado no exercício da função pública, apenas o Município deverá sofrer sanções cíveis e criminais.  
D) Embora o Município tenha sido condenado a pagar indenização à vítima, o agente causador do dano deverá ressarcir a quantia aos cofres públicos.  
E) O Município apenas poderia ser responsabilizado subsidiariamente, isto é, na hipótese de o agente municipal não ter condições econômica de pagar a indenização à vítima.

### **QUESTÃO 10**

---

João Alfredo, membro do Conselho Tutelar do Município Alfa, recebeu denúncia anônima de maus-tratos contra Daniel da Silva, criança de oito anos, supostamente praticados pelos seus pais. Mesmo indignado com o relato constante da denúncia, João Alfredo pondera que a Constituição assegura determinados direitos e garantias individuais, dentre os quais:

- A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer hora do dia, por determinação judicial.

- B) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial ou da autoridade policial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- C) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo aquelas obtidas por agente policial através de escuta clandestina.
- D) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- E) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, mas o silêncio será considerado confissão tácita do acusado.

### **QUESTÃO 11**

---

Joaquim recebeu um e-mail de Maria com um documento em anexo contendo informações sobre as vendas da sua empresa. Joaquim gostaria de responder Maria com sua análise do documento ao mesmo tempo em que ele queria que Jéssica visualizasse o documento enviando por Maria. Dessa forma, Joaquim optou por responder o e-mail de Maria colocando Jéssica como um dos destinatários. Sobre a ação de Joaquim é correto afirmar que:

- A) Se Joaquim incluiu algum texto no corpo da mensagem de resposta, então Jéssica irá ter acesso ao arquivo enviado por Maria.
- B) Se Joaquim manteve o assunto da mensagem intacto, então Jéssica irá ter acesso ao arquivo enviado por Maria.
- C) Independente da ação de Joaquim, Jéssica irá ter acesso ao arquivo enviado por Maria.
- D) Jéssica só terá acesso ao arquivo enviado por Maria se Joaquim anexá-lo novamente ao e-mail.
- E) Jéssica não poderá receber o e-mail de resposta de Joaquim uma vez que ela não aparece na lista de destinatários de Maria.

### **QUESTÃO 12**

---

Roberta deseja clicar no canto inferior direito da célula A1 no Excel e arrastá-la para baixo de forma que a fórmula seja copiada para outras células abaixo dessa. A fórmula em A1 é “=B1\*C1”. Entretanto, Roberta quer que a linha da coluna B varie com a linha da coluna A, mas que não haja variação da linha da coluna C. Ou seja, em A2 a fórmula será “=B2\*C1”, em A3 a fórmula será “=B3\*C1” e assim por diante. Dessa forma, Roberta deverá editar a fórmula de A1 para a seguinte:

- A) =B1\*C\$1
- B) =B1\*\$C1
- C) =B1\*C#1
- D) =B1\*#C1
- E) =#B1\*\$C1

### **QUESTÃO 13**

---

Bernardo, que utiliza o sistema operacional Windows, deseja excluir permanentemente alguns arquivos de seu computador sem que eles fiquem na lixeira. Para isso, ele usará o seguinte comando no teclado:

- A) Delete.
- B) Alt+Delete
- C) Ctrl+Delete
- D) Shift+Delete
- E) Ctrl+Alt+Delete

### **QUESTÃO 14**

---

Jairo utiliza um pen drive como backup para armazenamento de informações da sua empresa. A tecnologia do pen drive de Jairo utiliza memória flash e é correto afirmar que:

- A) O pen drive pode ser removido da porta USB do computador a qualquer momento sem gerar dano algum a seu funcionamento.

- B) Não existe modelo capaz de armazenar mais de 64 GB.
- C) É um tipo de memória não volátil.
- D) Não existe um limite para operações de escrita e exclusão, de forma que poderá ser usado indefinidamente enquanto se mantiver os cuidados básicos de uso.
- E) Precisa de uma fonte de alimentação para preservar seu conteúdo.

### QUESTÃO 15

Observe a imagem ao lado que corresponde a um item da barra de ferramentas do Word.



Você clicaria nesse item para:

- A) Criar uma lista de itens utilizando marcadores
- B) Criar uma lista de itens enumerados
- C) Mudar a fonte do texto
- D) Mudar a fonte dos números
- E) Aumentar o espaçamento

### QUESTÃO 16

Considere o caso hipotético a seguir: Maria encontra-se presa condenada pelo crime de assalto à mão armada, e está desesperada porque ainda não pôde amamentar o filho de apenas 4 meses. Em um dos seus dias de visita, pede a sua mãe para ir ao Conselho Tutelar que é próximo à sua casa, pois quer muito ver e amamentar seu filho. Considerando as prerrogativas legais é correto o que encontramos apenas na afirmação:

- A) Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente a prisão de Maria é ilegal, pois impede o desenvolvimento integral da criança que se encontra em fase de amamentação, devendo cumprir a pena apenas quando cessar o aleitamento.
- B) Segundo as legislações vigentes, a prisão de Maria é legal, sentença penal com trânsito em julgado, todavia a criança só poderá ter contato com a mãe após o cumprimento de 1/3 de sua pena.
- C) Pelo fato de Maria estar condenada e cumprindo pena, há a suspensão do poder familiar da condenada sobre o filho, visando a garantia dos direitos da criança, conforme aduz o ECA quando trata do direito à vida e à saúde.

#### CONHECIMENTO ESPECÍFICO (Questões de 16 à 40)

- E) Qualquer criança tem direito a ser amamentada, conforme Lei Nº 11.942, de 28.5.2009, que prevê a dotação de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade, em estabelecimentos penais destinados a mulheres e conforme prevê o ECA em seu Art. 9º, onde cabe ao poder público, as instituições e os empregadores proporcionar condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

### QUESTÃO 17

No dia 31 de janeiro do corrente ano, foi publicada uma matéria no portal de notícias G1, intitulada “Mãe filmada espancando quatro filhos no Recife é presa”. As crianças moravam com a mãe em Campo Grande, na Zona Norte do Recife, e a última agressão gravada ocorreu em 10 de janeiro de 2019.



## Mãe filmada espancando quatro filhos no Recife é presa

Mulher estava sob custódia da polícia após sofrer ameaças de vizinhos. Após a prisão, na tarde desta quinta-feira (31), ela foi levada para a Colônia Penal Feminina do Recife.

Por G1 PE  
31/01/2019 22:21 - Atualizado há 6 meses





- I- Conforme o Art. 133. do Conanda, para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os requisitos de reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município

**PORQUE**

- II- em cada Município haverá, no mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgão integrante da administração pública local, composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.  
E) As asserções I e II são proposições falsas.

**QUESTÃO 20**

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê um capítulo específico para tratar das medidas socioeducativas, sendo complementado pela Lei de Nº 12.594/12 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Apesar de todo aparato legal não é incomum observarmos reportagens que retratam a situação de violação de direitos dentro das unidades socioeducativas de privação de liberdade, como os exemplos a seguir.

**Dois internos morrem e mais de 30 fogem da Funase de Abreu e Lima**

Trinta e cinco socioeducandos escaparam por um buraco no muro da unidade, na madrugada desta segunda-feira (5)

Publicado em 05/06/2017, às 06h23

Disponível em:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2017/06/05/dois-internos-morrem-e-mais-de-30-fogem-da-funase-de-abreu-e-lima-287827.php> Acesso em: 02 Ago. 2019 (adaptado).

COTIDIANO

**Rebelião em unidade da Funase em Abreu e Lima terminou com um interno morto**

Motim teve início quando policiais identificaram que internos tentavam quebrar uma parede

Por: FolhaPE em 19/03/17 às 23H11 atualizado em 20/03/17 às 08H27

Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/03/19/NWS.21612,70,449,NOTICIAS,2190-REBELIAO-UNIDADE-FUNASE-ABREU-LIMA-TERMINA-COM-INTERNO-MORTO.aspx> Acesso em: 02 Ago. 2019 (adaptado).

Sabe-se que vários aspectos estão correlacionados as frequentes rebeliões nas unidades de internação. Entretanto, a maioria deles, está correlacionado a violações de direitos, contrariando as prerrogativas socioeducativas. Quanto ao Sistema Socioeducativo são direitos do adolescente em cumprimento de medida, sem prejuízo de outros previstos em lei, **EXCETO**:

- A) Ser acompanhado por seus pais ou responsável e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial.  
B) Ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos.  
C) É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima.  
D) Ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, inclusive nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.  
E) Serão asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação.

**QUESTÃO 21**



De acordo com reportagem do Jornal Estadão, existem cerca de 41 mil pessoas na fila de adoção, e entre 7 e 8 mil crianças esperando para serem adotadas. Cabe-nos a pergunta: O que acontece nas adoções uma vez que o percentual de pessoas querendo adotar é infinitamente superior à quantidade de crianças e adolescentes a serem adotados? Entre outros fatores, um dos que maior retrata a discrepância é o perfil pré-determinado pelas famílias. Em 2017 foi sancionada a Lei 13.509/17, que cria regras para acelerar adoções no Brasil e complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/galerias/comportamento,especialista-explica-as-novas-regras-para-adocao-no-brasil,35077> Acesso em: 03 Ago. 2019 (adaptado).

Sobre as alterações sofridas pelo ECA quanto a adoção no Brasil, considere as afirmações a seguir:

- I- A duração máxima de estágio de convivência, que antecede a adoção nacional, foi fixada em 90 dias como prazo máximo.
- II- Caso a criança não estiver em sua família biológica, uma extensa ou ampliada e nem requerida para adoção no Brasil, após o período de um ano e meio, ela será colocada para adoção internacional, dando-se prioridade aos estrangeiros.
- III- Será dada prioridade a pessoas com interesse na adoção de crianças junto aos irmãos, ou crianças maiores com necessidades especiais.

A partir da análise, pode-se concluir que:

- A) Apenas as asserções I e II são corretas.
- B) Apenas as asserções I e III são corretas.
- C) Apenas as asserções II e III são corretas.
- D) Todas as asserções estão corretas.
- E) Todas as asserções estão erradas.

## **QUESTÃO 22**

---

Dados do Boletim Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, e apresentados em reportagem pelo observatório do terceiro setor, apontam que entre os anos de 2011 a 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual no Brasil, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. A avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual, mostrou que em relação ao sexo (feminino e masculino), 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram da raça/cor da pele negra, e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno. 69,2% dos casos de violência sexual contra crianças ocorreram em casa e 33,7% tiveram caráter de repetição.

Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/51-das-criancas-abusadas-sexualmente-no-brasil-tem-de-1-a-5-anos/> Acesso em: 02 Ago. 2019 (adaptado).

- I- Os dados apresentados indicam que este tipo de violação de direitos não ocorre com crianças e adolescentes do sexo masculino e brancas.

### **PORQUE**

- II- Os dados do Boletim Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, apontam um quantitativo de 74,2% de crianças do sexo feminino vítimas de violência sexual, e 45,5% envolvendo a população negra.

A partir da análise, considere as asserções e a correlação entre elas:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

## **QUESTÃO 23**

---

A Lei Nº 8.069/90 versa em seu artigo 28, sobre a colocação da criança e do adolescente em família substituta, estabelecendo possibilidades mediante guarda, tutela ou adoção. Sobre estes pressupostos estabeleça a correlação existente entre as colunas.

- |           |   |
|-----------|---|
| 1. Guarda | I. Pressupõe a prévia destituição ou suspensão do poder familiar dos pais.  |
| 2. Tutela | II. É o ato jurídico que estabelece o estado de filiação e paternidade, condicionada a chancela judicial.                               |
| 3. Adoção | III. Destina-se a regularizar a convivência de fato, atribuindo vínculo e representação jurídica em relação à criança e ao adolescente. |
- A) 1. equivale a asserção I; 2. equivale a asserção II; 3. equivale a asserção III.  
B) 1. equivale a asserção II; 2. equivale a asserção III; 3. equivale a asserção I.  
C) 1. equivale a asserção III; 2. equivale a asserção II; 3. equivale a asserção I.  
D) 1. equivale a asserção II; 2. equivale a asserção I; 3. equivale a asserção III.  
E) 1. equivale a asserção III; 2. equivale a asserção I; 3. equivale a asserção II.

## QUESTÃO 24

Segundo dados de denúncias de violações de direitos humanos coletadas nos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, incluindo Disque 100, emitidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o balanço geral, correspondente ao período de 2011 a 1º quadrimestre de 2019, relacionado à violência sexual contra crianças e adolescentes, apontam que de janeiro a abril de 2019, em Pernambuco, já houveram 157 denúncias.



Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100> Acesso em: 03 Ago. 2019 (adaptado).

- ( ) Conforme as recentes declarações da ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), segundo as quais a violência sexual contra crianças e adolescentes na Ilha de Marajó (Pará) deve-se à falta do uso de calcinhas, sugerindo a distribuição das peças íntimas, bem como a instalação de uma fábrica de calcinhas, o Governo Estadual de Pernambuco poderia utilizar, seguindo as diretrizes legais de prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a mesma estratégia para minimizar os índices de abuso e exploração sexual no Estado.
- ( ) Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente a promoção de políticas públicas fundamentais, através da articulação dos entes federativos, prevendo-se a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos, pode ser considerada uma das estratégias a serem utilizadas pelo Estado de Pernambuco, sem prejuízo de outras ações.
- ( ) Uma estratégia a ser utilizada pelo Governo do Estado de Pernambuco seria a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente.

Julgue os itens acima como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa que contempla a sequência correta.

A) V, V, V

D) F, F, V

B) V, F, V

E) F, V, F

C) F, V, V

## QUESTÃO 25

Imagine o seguinte caso hipotético: foi criada em 2018 a Divisão dos Direitos da Criança e do Adolescente no município do Recife, a partir de uma solicitação do Ministério Público, que passou a desenvolver uma série de ações para aperfeiçoar a execução da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente. Ocorre que após várias visitas aos Conselhos Tutelares nas Regiões Político Administrativas (RPA), foi identificado como problema a insuficiente alimentação do SIPIA CT WEB, pois o órgão não está alimentando o Sistema. Houve uma capacitação à distância sobre o funcionamento do SIPIA, entretanto, a alimentação de dados no sistema ainda é inferior ao desejado. Após várias reuniões foi percebida a dificuldade na alimentação do sistema devido ao quantitativo de computadores e à falta de internet no Conselho.

- I- O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) pontua que cabe ao Poder Executivo Municipal, ou do Distrito Federal, fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB, ou sistema equivalente.

### PORQUE

- II- O Conselho Tutelar encaminhará relatório anual ao Conselho Municipal, ao Ministério Público e excepcionalmente ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam fiscalizados e acompanhados pelo Sistema de Garantia de Direitos - SGD.

A partir da análise das asserções acima, pode-se concluir:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.  
E) As asserções I e II são proposições falsas.

## QUESTÃO 26

O Estatuto da Criança e do Adolescente versa em seu Capítulo II sobre o Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. Referente ao direito à liberdade é correta apenas a afirmativa:

- A) O direito à liberdade compreende, entre outros, o de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, indistintamente, em qualquer horário, sem a presença de um responsável.  
B) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, a não ser que o castigo seja realizado pela família de origem.  
C) A participação na vida política, na forma da lei, é permitida apenas ao adolescente, pois a criança não apresenta maturidade emocional até os 12 anos.  
D) Na escola pública as crianças e os adolescentes são proibidos de expressar sua crença religiosa, uma vez que é um espaço público.  
E) A criança e o adolescente têm direito de participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação, de brincar, de praticar esportes e de divertir-se.

## QUESTÃO 27

Sobre a questão do trabalho infantil, é comum encontrarmos debates acerca do ditado popular que diz “O trabalho dignifica o homem”. Em reportagem (12/06/2017), o Jornal Gazeta do Povo, estampa em sua matéria a frase: “O trabalho dignifica o homem, não a criança!”.

The image shows a screenshot of a news article from the website 'GAZETA DO POVO'. The article is part of a series called 'Giro Sustentável'. The main headline reads 'O trabalho dignifica o homem... Não a criança!'. The article is dated 12/06/2017. There are social media sharing icons for Facebook, LinkedIn, and Twitter on the left side of the article. The article content is partially visible, showing the beginning of the text.

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/trabalho-dignifica-diz-bolsonaro-sobre-trabalho-infantil/> Acesso em: 08 Ago. 2019 (adaptado).

- I- Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a afirmação de que o trabalho dignifica o homem, não a criança, está alinhada as diretrizes do ECA

**PORQUE**

- II- a Lei de Nº 8.069/90, estabelece em seu Capítulo V que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, a permissão de trabalho a menores de quatorze anos de idade, desde que o trabalho não seja perigoso, insalubre ou penoso.

A partir da análise, considere as asserções e a correlação entre elas:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.  
E) As asserções I e II são proposições falsas.

**QUESTÃO 28**

---

Segundo reportagem em 12 de junho de 2019, um menino de 5 anos foi amarrado e amordaçado por funcionário de uma escola pública no município de Jaboatão dos Guararapes, por suposto mau comportamento. A criança teria ficado com marcas das fitas adesivas no corpo após a “punição”.

Disponível em: <https://aquipe.presslab.com.br/20190612/crianca-agredida-em-escola.html> Acesso em: 15 jun. 2019 (adaptado).

Suponha que uma professora da escola flagrou o ocorrido. Assinale entre as alternativas abaixo qual seria o possível encaminhamento imediato, após comunicar a coordenação pedagógica da unidade pública de ensino:

- A) Comunicar ao responsável legal da criança e notificar o Conselho Tutelar da localidade, sem prejuízo de outras providências legais.  
B) Informar ao Juizado da Infância e da Juventude o mau comportamento da criança para serem tomadas as medidas cabíveis.  
C) Avisar à entidade de acolhimento da localidade, pois a criança deverá ser destituída da família que deveria acompanhar as atividades escolares do filho.  
D) Notificar ao Ministério Público visando a punição administrativa do funcionário em questão e da genitora.  
E) Realizar uma denúncia anônima à autoridade policial.

**QUESTÃO 29**

---

Considere o caso hipotético: você é Conselheiro Tutelar e recebe a denúncia que uma entidade não-governamental (Organização da Sociedade civil – OSC) de sua Região Política Administrativa (RPA), que atua em regime de orientação e apoio sócio familiar, encontra-se usando as crianças atendidas para vender pipocas nas proximidades da sede para complementar a renda institucional. Diante deste caso analise as asserções a seguir e a correlação entre elas.

- I- Cabe ao Conselho Tutelar fiscalizar a entidade, encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

**PORQUE**

- II- conforme estabelece o Art. 95. do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades governamentais e não-governamentais, referidas no art. 90 da mesma lei, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

Em conformidade com o aparato legal vigente no Brasil é correto apenas o que se afirma em:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

E) As asserções I e II são proposições falsas.

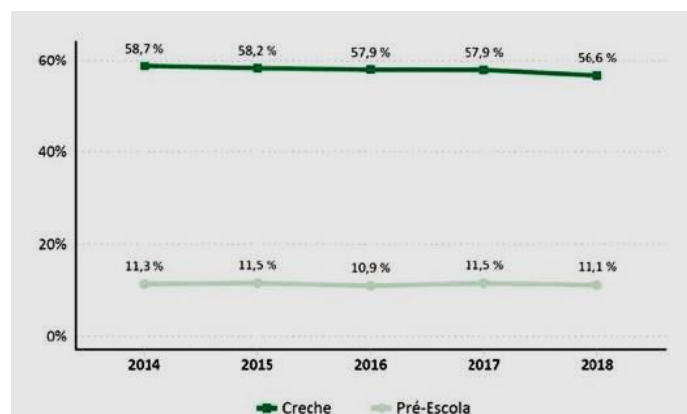
### QUESTÃO 30

Conforme prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742/93), “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”, considere as asserções a seguir conforme os objetivos da assistência social e assinale uma única alternativa correta:

- A) A proteção social; a vigilância socioassistencial; e a defesa de direitos.
- B) A vigilância socioassistencial, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.
- C) A proteção social, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- D) A defesa de direitos, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e de danos.
- E) Faz parte da proteção social, a proteção à família, à maternidade, à velhice; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, exceto o amparo às crianças e aos adolescentes carentes, que já tem legislação própria.

### QUESTÃO 31

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) versa em seu capítulo IV sobre o Direito à Educação. Entre os dados do Censo Escolar 2018, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 31 de janeiro, está o gráfico a seguir:



Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-matriculas-em-tempo-integral-cresceram-17-8-no-ensino-medio-de-2017-para-2018/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-escolar-matriculas-em-tempo-integral-cresceram-17-8-no-ensino-medio-de-2017-para-2018/21206) Acesso em: 03 Ago. 2019 (adaptado).

Quanto às prerrogativas do ECA para a garantia ao direito à educação, e a partir da análise do gráfico, julgue as afirmativas abaixo.

- I- Os dados do Censo Escolar 2018 apontam que o percentual de matrículas em tempo integral da creche foi de 56,6% em 2018, representando uma redução de 2,1 pontos percentuais em relação a 2014.
- II- Analisando o gráfico, na pré-escola o percentual passou de 11,5% em 2017, para 11,1% em 2018. Avaliando a série histórica, percebe-se alta instabilidade nos últimos anos.
- III- O ECA em seu Art. 54 estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, entre outras obrigações, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de dois a dez anos de idade.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) Apenas a afirmativa I é correta.
- B) Apenas a afirmativa II é correta.
- C) Apenas a afirmativa III é correta.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão erradas.

### QUESTÃO 32

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS, correlacione as colunas a seguir:

- |  |   |
|--|---|
| 1. Serviços de proteção social básica.                         | I. Serviço para pessoas em situação de rua.                                     |
| 2. Serviços de proteção social especial de média complexidade. | II. Serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF.                |
| 3. Serviços de proteção social especial de alta complexidade.  | III. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. |
- A) O serviço do item 1. relaciona-se a asserção II; o serviço do item 2. relaciona-se a asserção I; o serviço do item 3. relaciona-se a asserção III.
- B) O serviço do item 1. relaciona-se a asserção I; o serviço do item 2. relaciona-se a asserção II; o serviço do item 3. relaciona-se a asserção III.
- C) O serviço do item 1. relaciona-se a asserção II; o serviço do item 2. relaciona-se a asserção III; o serviço do item 3. relaciona-se a asserção I.
- D) O serviço do item 1. relaciona-se a asserção III; o serviço do item 2. relaciona-se a asserção I; o serviço do item 3. relaciona-se a asserção II.
- E) O serviço do item 1. relaciona-se a asserção III; o serviço do item 2. relaciona-se a asserção II; o serviço do item 3. relaciona-se a asserção I.

### **QUESTÃO 33**

---

Imagine o caso a seguir: uma entidade de atendimento destinada a crianças e adolescentes solicita por meio de ofício, inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA. Após visita técnica no espaço da entidade, os Conselheiros de Direito, o Conselheiro Tutelar e a técnica de referência do COMDICA, observam vários aspectos físicos e de violação de direitos no espaço. São elaborados relatórios das visitas e entregues para o plenário do Conselho que aprova o indeferimento da inscrição e inabilitação ao trabalho voltado com crianças e adolescentes. Sendo a entidade orientada a atender as mudanças solicitadas no relatório no prazo de 15 dias, para então ser realizada uma nova visita. Entretanto, a entidade de atendimento expressa que continuará com as atividades e não realizará nenhuma modificação, justificando que não precisa de uma inscrição no Conselho para trabalhar com as crianças. Após análise dos fatos citados, assinale as asserções a seguir:

- I- Conforme estabelece o ECA e a Resolução 113/2006 do CONANDA, a entidade citada poderá continuar o atendimento as crianças sem a inscrição no COMDICA

#### **PORQUE**

- II- O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará por meio das instâncias públicas colegiadas próprias, assegurando-se a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais.

Avalie as afirmações e a correlação entre elas.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

### **QUESTÃO 34**

---

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um Programa de caráter intersetorial que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compreende um conjunto de ações com o objetivo principal de retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce, insalubre, degradante, penoso e de exploração sexual infantil, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Assinale a opção correta no que se refere ao PETI.

- A) O PETI é gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e desenvolvido prioritariamente por organização não governamental.
- B) De acordo com o PETI, é considerado trabalho infantil, no Brasil, as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional.
- C) Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil há mais de dois anos constituem o público alvo do PETI.
- D) O PETI caracteriza-se como um programa isento de condicionalidades, ou seja, não é exigido um compromisso dos responsáveis para que as crianças e adolescentes participem.
- E) Diferentemente do Programa Bolsa Família, o PETI dispensa a inserção da criança e do adolescente no CADÚNICO para concessão de benefício.

### **QUESTÃO 35**

---

Suponha que você é Conselheiro Tutelar e recebe Maria, 29 anos, mãe de uma criança de 01 ano de idade, e que chega ao Conselho Tutelar chorando, com seu filho no colo. Relata que acabou de brigar com o marido e que o mesmo a bateu e a empurrou. Conta que a criança estava no seu colo e que caiu no chão no momento da agressão. Pontua ainda que nesta hora ele disse que irá matá-la.

Caso fictício elaborado em 16/06/2019 para fins de avaliação.

Baseado na Lei Nº 11.340, analise as asserções a seguir e a correlação entre elas.

- I- Neste caso a assistência à Maria, que se encontra em situação de violência doméstica e familiar, será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no Sistema Único de Saúde (SUS), no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso

#### **PORQUE**

- II- É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
  - B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
  - C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
  - D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
  - E) As asserções I e II são proposições falsas.

### **QUESTÃO 36**

---

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei de N.º 8.742/93, é correto apenas o que se afirma em:

- A) No que se refere ao benefício da prestação continuada (BPC), é correto afirmar que deve ser revisto a cada 3 anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- B) Os recursos de responsabilidade da União destinados à assistência social serão repassados, conforme solicitação do município, ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), em parcela única no início do ano letivo.
- C) No que se refere ao benefício da prestação continuada, é correto afirmar que é devido ao incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa, a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/3 (um terço do salário mínimo).
- D) A assistência social tem por objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; entre outros.
- E) A assistência social rege-se por princípios estabelecidos na Lei de Nº 8.742/93, que envolvem entre eles, a submissão do atendimento às necessidades sociais conforme as exigências de rentabilidade econômica.

### **QUESTÃO 37**

---

Conforme reportagem do Portal de Notícias G1, o único inquérito concluído, acompanhado pelo monitor da violência, entre os assassinatos de mulheres foi o de Camila. Grávida, a vítima foi golpeada três vezes com uma



faca, quando tentava evitar que o agressor ferisse a sua parente, que tinha acabado, dias antes, o relacionamento amoroso.



A Secretaria de Defesa Social (SDS) aponta que foram registrados 240 casos de assassinatos de mulheres, em Pernambuco, durante o ano de 2017. Desses, 76 foram caracterizados como feminicídios.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/monitor-da-violencia-83-dos-assassinatos-de-mulheres-no-grande-recife-nao-tiveram-inquerito-concluido.ghtml> Acesso em: 03 Ago. 2019 (adaptado).

I- Conforme preconiza a LEI Nº 11.340/06 toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

### PORQUE

II- São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência física; a violência psicológica; a violência sexual; a violência patrimonial; e a violência moral.

A partir da análise do texto e das asserções acima, pode-se concluir:

- A) As asserções I e II são proposições falsas.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- D) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- E) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.



### QUESTÃO

38

Considere o caso hipotético: uma menina de 04 anos foi vítima de abuso sexual pelo seu genitor, devido ao fato da criança relatar ao pai que não é menina, e sim menino. Qual seria o serviço socioassistencial que melhor se enquadraria para este caso conforme a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)?

- A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.
- B) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.
- C) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- D) Serviço Especializado de Abordagem Social.
- E) Serviço de Acolhimento Institucional.

### QUESTÃO 39

A resolução 113/2016, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) da Criança e do Adolescente, estabelece em seu Art. 1º que o SGD constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos três níveis do governo.



De acordo com os eixos estratégicos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente estabeleça a correlação existente entre as asserções das colunas abaixo.

- |   |  |
|---|--|
| 1. Eixo estratégico da defesa dos direitos humanos              | i. Operacionaliza-se através do desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.   |
| 2. Eixo estratégico da promoção dos direitos humanos            | ii. Far-se-á através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais. |
| 3. Eixo estratégico do controle efetivação dos direitos humanos | III. Caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça.   |

A correlação correta entre as asserções das duas colunas é:

- A) 1 - I; 2 - II; 3 - III.
- B) 1 - II; 2 - III; 3 - I.
- C) 1 - III; 2 - II; 3 - I.
- D) 1 - II; 2 - I; 3 - III.
- E) 1 - III; 2 - I; 3 - II.

### PROVA DISSERTATIVA

#### QUESTÃO 40

Imagine o caso hipotético: uma criança de 09 anos sofreu violência sexual e realizará seu depoimento conforme preconiza a Lei de Nº 13.431/17.

- I- A Lei de Nº 13.431/17 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/90, prevendo a escuta especializada e o depoimento especial, sendo resguardada de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.

#### PORQUE

- II- A criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, e gozam de direitos específicos à sua condição de vítima ou testemunha.

A partir da análise do caso e das afirmações acima, pode-se concluir:

- A) As asserções I e II são proposições falsas.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- D) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- E) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

#### INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISSERTATIVA

- 1. O rascunho da prova dissertativa (redação) deve ser feito na folha apropriada.
- 2. O texto definitivo deve ser escrito usando caneta esferográfica azul ou preta, no **FORMULÁRIO DA PROVA DISSERTATIVA** específico, com um **mínimo de 20 e o máximo de 25 linhas**.
- 3. Escreva na folha rascunho e no **FORMULÁRIO DA PROVA DISSERTATIVA** o tema escolhido para a sua dissertação: **TEMA 1** ou **TEMA 2**.
- 4. A dissertação (Prova Dissertativa) que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

5. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a prova dissertativa que:
- não tiver o número de linhas mínimo, sendo considerado “texto insuficiente”.
  - não apresentar argumentação coerente das ideias e informatividade.
  - não apresentar no texto pertinência ao tema proposto.

**Proposta de dissertação:**

Alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)  
(Texto adaptado)

Em maio de 2019 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ganhou um novo texto. A nova edição do Estatuto foi anunciada como um “novo ECA”, e traz três principais mudanças:

- A instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, na lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019;
- A mudança na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos – na mesma lei nº 13.812;
- A criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas – na lei nº 13.812, de 16 de março 2019;

Além disso, um novo artigo foi incluído e um dispositivo teve sua redação alterada:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:  
(...)

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.  
(...)

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.  
(...)

Disponível em: <https://noticias.cers.com.br/noticia/alteracoes-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescenteeeca/>  
Acesso em 29 de julho de 2019. (adaptado)

O texto adaptado acima faz parte de uma matéria divulgada eletronicamente e trata das alterações efetuadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, modificações essas que visam a aperfeiçoar esse dispositivo de tão alta relevância para a sociedade.

Após fazer uma leitura atenta, por mais de uma vez, escolha um dos dois temas sugeridos a seguir e produza um texto dissertativo que possua um **mínimo de 20 e o máximo de 25 linhas, pertinência ao tema proposto, argumentação coerente das ideias e informatividade relevante.**

**TEMA 1** - Como as alterações feitas no Estatuto da Criança e do Adolescente podem fazer com que o ECA atinja um público maior e mais diversificado.

**TEMA 2** - Alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente: a quem interessam tais modificações?

**TEMA ESCOLHIDO:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

